

Município de São Paulo define seu Plano de Educação

A cidade faz parte dos mais de 3 mil municípios brasileiros que ainda não desenvolveram suas diretrizes para o ensino público

Carolina Alves

calves@brasileconomico.com.br

Na próxima sexta-feira, dia 18, começará a Conferência Municipal de Educação na cidade de São Paulo. O evento, que contará com a participação de civis, representantes da prefeitura e do governo do Estado, definirá o Plano Municipal de Educação (PME) para a cidade até o ano de 2020.

O PME de São Paulo surge dez anos depois da criação do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), desenvolvido pelo governo federal com o objetivo de padronizar estratégias de desenvolvimento do ensino público e traçar metas a serem conquistadas pela área em âmbito nacional. O primeiro PNE foi projetado para os anos de 2001 a 2010. A segunda edição está em fase de elaboração.

Assim como São Paulo, 3.138 municípios brasileiros, ou 35% do total, não possuem um PME, segundo a última Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada no final de maio.

Dentre as regiões brasileiras, a Norte é a que tem o menor número de cidades que aderiram ao PME, presente em apenas 38% das cidades. Já a

Conferência debaterá mais de 6 mil propostas

Dentre as 6 mil propostas apresentadas durante as comissões realizadas na cidade de São Paulo, destacam-se o atendimento para educação infantil e qualidade da educação em todos os níveis de ensino. "Foram muitas as demandas relacionadas ao aumento de matrículas em creches para crianças de até três anos, cujo déficit hoje é de 80 mil vagas",

“

O Plano Municipal é de suma importância para a qualidade do ensino público, pois quebra a cultura de descontinuidade das políticas desenvolvidas para a área, que seguem bandeiras partidárias diferentes a cada quatro anos

Denise Carrera,
coordenadora da
ONG Ação Educativa

diz Denise Carrera, da ONG Ação Educativa. "Além disso, foi sugerida a diminuição do número de alunos por turma, que pode chegar a 50 atualmente, e aumento de salário para o professor". Segundo ela, essa medida é importante para reduzir a dupla jornada. Desta forma, o profissional poderia se dedicar a uma só turma e melhorar a qualidade das aulas dadas". **C.A.**

região Sudeste é a que mais aderiu. No total, 72,6% dos municípios desenvolveram um Plano de Educação. O destaque foi Minas Gerais, estado que conta com 90,2% de suas prefeituras em conformidade.

"O Plano Nacional sugeriu que os municípios e estados desenvolvessem suas próprias diretrizes, mas não definiu como isso deveria ser feito, nem estipulou prazos, o que dificultou a criação dos PMEs", explica Denise Carrera, coordenadora da ONG Ação Educativa. A organização faz parte da Comissão executiva do PME de São Paulo.

"No caso dos estados, a adesão ao PME foi muito menor, de cerca de 35%", calcula. O maior entrave para o desenvolvimento da educação pública regional, porém, está na qualidade dos planos já existentes, segundo a especialista. "Muitos municípios e estados contrataram a mesma consultoria para a criação de suas diretrizes. Desta forma, muitos dos PMEs existentes não condizem com a realidade de cada região", ressalta.

Participação popular

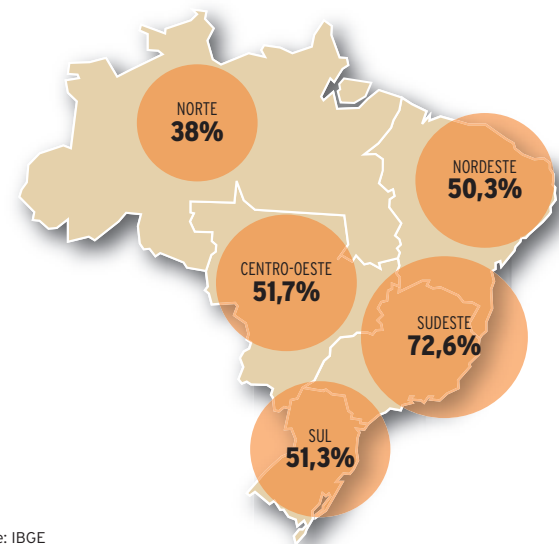
Para evitar esse tipo de problema, Carrera acredita que a iniciativa popular é fundamental. "Fazer uma conferência com representantes do governo e com a população é o melhor caminho para traçar um Plano que atenda às necessidades regionais da educação", defende.

No caso da cidade de São Paulo, foram apresentadas mais de 6 mil propostas por meio de comissões instauradas em cada subprefeitura desde agosto de 2008. Elas serão analisadas na Conferência Municipal e encaminhadas à Assembleia Legislativa. As Secretarias estadual e municipal foram procuradas pelo BRASIL ECONÔMICO, mas não obteve retorno. ■



PLANEJAMENTO

Apenas 65% dos municípios brasileiros têm Plano de Educação



Fonte: IBGE